

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONTINUIDADE DA VIDA PLANETÁRIA: NECESSIDADE DE MUDANÇA DO COMPORTAMENTO HUMANO?

Aldair Marcondes¹

Levi Hülse²

Elisete Hoffmann³

Pedro Madeira Frouse Serafim⁴

Recebido em 05/08/2024

Aceito em 18/12/2024

RESUMO

Através de uma análise bibliográfica fundada na obra de diversos autores que tratam sobre a questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, este trabalho buscou extrair aspectos relacionados ao comportamento humano, indagando sobre a necessidade de mudança no agir para que a vida planetária tenha continuidade; afinal, essa deve ser uma preocupação cada vez maior, pois os reflexos têm sido mostrados através de “eventos naturais” preocupantes. Como resultado da pesquisa vem a evidência de que o desenvolvimento sustentável é essencial para que se possa estimar a existência de gerações futuras, e que para isso se tornar efetivo o homem precisa tomar consciência dos seus atos, desenvolvendo práticas sustentáveis individuais e autônomas, sem haver a necessidade de intervenção do Estado para impor essa condição comportamental.

PALAVRAS CHAVE: Sustentabilidade. Desenvolvimento. Comportamento humano.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND CONTINUITY OF PLANETARY LIFE: NEED TO CHANGE HUMAN BEHAVIOR?

ABSTRACT

Through a bibliographical analysis based on the work of several authors who deal with the issue of sustainability and sustainable development, this work sought to extract aspects related to human behavior, asking about the need for change in action so that planetary life can continue; after all, this must be an increasing concern, as the consequences have been shown through worrying “natural events”. As a result of the research, evidence emerges that sustainable development is essential in order to estimate

¹ Aluno bolsista CNPq do Programa de Doutorado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP); Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), e também Especialista em Meio ambiente, gestão e segurança de trânsito pela Faculdade Estácio de Sá (SC); Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, ambas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Advogado criminalista OAB/SC; Professor universitário; Pró-reitor da UNIARP, campus Fraiburgo. O autor agradece ao CNPq Edital nº 69/2022 – Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação – Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) – Mestrado e Doutorado, pelo apoio financeiro.

²Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - SC. Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB e graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB. Advogado inscrito na OAB/SC. Docente e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP..

³ Mestrando no Programa Profissional em Educação pela UNIARP e graduanda em Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação.

⁴ Professor Direito, Universidade do Minho. Doutoramento em Direito. Ciências Jurídicas Públicas da Uminho.

the existence of future generations, and that for this to become effective, man needs to become aware of his actions, developing individual and autonomous sustainable practices, without the need for State intervention to impose this behavioral condition.

Keywords: Sustainability. Development. Human behavior.

INTRODUÇÃO

Mesmo que quase tarde, a humanidade tem acordado para um problema que há muito vem sendo anunciado sem ser ouvido, ou sem ter recebido o crédito necessário a ponto de ensejar mudanças comportamentais, que é a alteração na nossa Casa Comum⁵.

Por muito tempo o homem buscou o crescimento, e de modo desordenado, objetivando o acúmulo de capital, explorou o nosso planeta sem se dar conta de que os recursos naturais poderiam faltar.

Com o passar do tempo e a evolução do conhecimento, percebeu-se ser necessária uma mudança de visão e comportamento para que se pudesse estimar a continuidade da vida planetária, substituindo aquela ideia por vezes individualista de crescimento, para a de desenvolvimento sustentável.

Contudo, mesmo sabendo das projeções, se está falando do homem, um ser por vezes insaciável que, mais do que ter conhecimento, necessita de regras e ações eficazes por parte do governo, para que consiga ter freado os seus ímpetos.

Assim, dado a estas nuances, desenvolve-se este trabalho visando explorar as interrelações entre o desenvolvimento sustentável e a continuidade da vida no planeta, concentrando num mesmo espaço os ensinamentos de vários estudiosos, a fim de facilitar a compreensão e, quem sabe, despertar na sociedade uma maior preocupação com este tema de extrema relevância.

SUSTENTABILIDADE: O QUE É?

Se faz importante para a compreensão do contexto, que iniciemos dizendo qual o significado do termo sustentabilidade, e para isso encontramos subsídios apresentados por diversos estudiosos do tema.

De modo insipiente, podemos dizer que o termo ‘sustentável’ remete à ideia de capacidade de algo ou alguém em manter-se contínuo, perpetuando-se no tempo através dos seus próprios recursos, mas para ser mais específico se faz mister fundar este conceito em visões mais aprofundadas e assertivas, como a de Boff (2015, p. 16), o qual diz que a sustentabilidade “é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades

⁵ Modo como o Papa Francisco se refere ao planeta Terra.

das presentes e das futuras gerações”.

O autor reforça que a ideia de sustentabilidade não pode ser limitada à visão de crescimento ou desenvolvimento, mas sim, que “deve cobrir todos os territórios da realidade, que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, as cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas” (Boff, 2015, p. 16).

Desse modo se consegue perceber que a sustentabilidade não é algo simples e isolado, pois envolve um padrão comportamental que reflete em todo um sistema, considerando dever ser a “ideia de um modelo de desenvolvimento escolhido e reforçado para o mundo, o qual objetiva compatibilizar a proteção do ambiente com o desenvolvimento econômico e social” (Souza, 2017 *apud* Hülse, 2020, p. 66).

Através dos ensinamentos de Hülse (2020), verificamos que no século XIV, com o quase extermínio das árvores, a população da Europa sofreu grandemente com a fome e quase foi dizimada pela peste negra, e isso fez com que o homem passasse a pensar e agir de modo diferente, reflorestando em larga escala e regulamentando a utilização das matas, a fim de manter um estoque para as gerações futuras.

Como se pode perceber, ao falarmos deste tema havemos de ter por foco a continuidade da vida, e em assim sendo, reforça-se sua definição através de Freitas (2016, p. 44), o qual diz que “a sustentabilidade, corretamente assimilada, consiste em assegurar, hoje, o bem-estar material e imaterial, sem inviabilizar o bem-estar, próprio e alheio, no futuro”.

Assim, para concluirmos esta primeira abordagem, se faz mister dizer que “a sustentabilidade importa em transformação social, sendo conceito integrador e unificador” (Hülse, 2020, p. 176), ou seja, há de haver mudança de paradigmas em pensamentos e ações, de maneira que o homem e a natureza caminhem juntos e na mesma direção, de modo manter viva a nossa espécie.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL *VERSUS* CRESCIMENTO

Ciente daquilo que representa a ideia de sustentabilidade, avança-se para o desenvolvimento sustentável, que de acordo com o Relatório de Bundtland⁶, conceitua-se como sendo “um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (UN. *Our common future*, 2018 *apud* Hülse, 2020, p. 65).

⁶ Documento produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado em 1987, intitulado de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), cuja coordenadora era a ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Para evitar confusão entre os termos e significados, evidencia-se aqui que “o crescimento econômico e o desenvolvimento não são sinônimos” (Freitas, 2016, p.17), sendo inclusive um contraponto, pois se neste conseguimos vislumbrar a preocupação com as necessidades futuras, segundo Hülse (2020, p. 176), para o crescimento tinha-se por conceito que “tudo era possível fazer para manter a economia dos países e aumentar o capital das pessoas”.

Em reforço a estas distinções tem-se o contido no Relatório de Brundtland, que além de apresentar discussões sobre a diferença entre os dois termos, busca correlacionar uma conceituação entre desenvolvimento e sustentabilidade, dizendo “que o desenvolvimento é a necessidade da população e a Sustentabilidade é a capacidade do Meio Ambiente absorver essa necessidade” (Bosselmann, 2015 *apud* Hülse, 2020, p. 59).

Em assim sendo, estabelecidas estas diferenças, pode-se dizer que na atual conjuntura a população deve estar plenamente consciente de que, em desejando a continuidade das gerações e da vida, há de agir de modo a praticar comportamentos tidos como de desenvolvimento sustentável, pois a exploração antes exercida sem preocupação com os reflexos que dela advinha, já não pode ser admitida.

DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

Certamente são grandes as dificuldades enfrentadas pelos governos no sentido de adotar e aplicar medidas eficazes para o desenvolvimento sustentável, pois se está tratando de interesses coletivos que, estima-se, em grande parte das vezes vão de encontro ao desejado pelo indivíduo; afinal, o pretender fazer as coisas dentro daquilo que é o melhor para “mim”, numa visão individual e egoísta, é algo afeto ao ser humano e praticado por muitos, e essa postura há de ser mudada mesmo que diante da força coatora do Estado.

Se faz inquestionável que tudo há de ser analisado e relativizado, adequando-se a cada realidade, pois via de regra o homem necessita de normas claras e firmes para ter um comportamento saudável ao coletivo, já que seus freios morais muitas vezes não são o suficiente para contê-lo. Também não basta apenas existir um conjunto de normas jurídicas visando o bem comum e a salvaguarda do corpo social, pois diante de uma visão clássica, “as leis não têm qualquer poder para protegê-los, se não houver uma espada nas mãos de um homem ou homens encarregados de fazê-las cumprir” (Hobbes, 2012, p. 172).

Indubitavelmente que, o ideal seria o homem agir de modo natural diante de conceitos morais e éticos, sem a necessidade de regras impositivas e punitivas, mas isso, infelizmente, não é o que acontece, e aqui me utilizo de uma frase atribuída ao escritor Oscar Wilde (1854-1900), o qual disse que “chamamos de ética o conjunto de coisas que as pessoas fazem quando todos estão olhando. O conjunto de coisas que as pessoas fazem quando ninguém está olhando chamamos de caráter”.

Como isso se quer dizer que, via de regra, as pessoas agem de modo distinto enquanto sozinhas ou em coletividade, sob as vistas de outros ou oculta pela multidão ou ambiente em que se encontram, podendo-se dizer que “em meio à multidão elas se tornam capazes de ações que nenhum ator sozinho, sob seus próprios critérios, se sentiria moralmente autorizado a cometer” (Bauman; May, 2010, p. 86). Tocadas pelo ajuntamento e pelo anonimato que disso decorre, percebe-se a transformação de determinadas pessoas, que ao sentirem-se despidas de suas individualidades, agem pelo coletivo, eventualmente violando seus limites.

Distinto de passar-se oculto em meio à multidão, tem-se também o perigo dos comportamentos escusos quando restrito a ‘ambientes fechados’ e um mínimo de agentes; enfim, quando se explora questões sobre o comportamento do ser humano, as coisas podem tomar rumos incertos, até mesmo quando a ciência está envolvida, ou seja, “a maneira como a pesquisa é financiada, e por quem, pode, em algumas instâncias, ser determinante para seus resultados” (Bauman; May, 2010, p. 14). Isso significa dizer que diante da ignorância sobre determinados assuntos, as pessoas acatam como verdadeiras as afirmações que outros lhes fazem, sobretudo se estas se apresentarem como resultado de uma busca científica, e o ponto crucial que aqui se quer destacar está na intenção do ser humano que contrata ou realiza a pesquisa, pois sabendo das veias corruptíveis que podem integrar determinados homens, diante de uma ‘gorda’ contrapartida, os resultados poderão se apresentar diversos do real.

Outros pontos que influem na implementação plena de um desenvolvimento sustentável estão ligados à questões políticas, econômicas e de relacionamentos humanos, a exemplo dos vícios políticos, que são “condicionamentos psíquicos e morais que impelem o homem, no âmbito da polis, a ser o devorador do homem e de seu futuro, numa voracidade frenética” (Freitas, 2016, p. 185); isso é preocupante quando acomete aqueles que exercem cargos ou funções políticas, pois são os que detém a força para dirigir a sociedade. Dado e este pensamento, insiste-se que o problema recai na figura humana, uma vez que o deslumbramento e as vantagens que o poder lhe permite acesso, poderá causar a corrupção aos seus valores e crenças, a ponto deste se tornar um lobo que subjugará seus semelhantes.

No que tange à economia, diga-se que “por trás de todas as transações econômicas existem pessoas fazendo escolhas, atuando em seus valores e dando prioridade a umas coisas e não a outras” (Hampden-Turner e Trompenaars, 1994 *apud* Elkington, 2012, p. 186), ou seja, não se pode desprezar aquilo que é o mais importante, dentro de uma aparente visão antropocêntrica, pois os negócios só fluem porque existem pessoas dois lados do balcão, umas produzindo e outras consumindo, na clara regra econômica da oferta e procura, e o pretender do indivíduo em razão de vantagens pessoais, poderá preterir interesses coletivos e da natureza.

Quanto ao terceiro ponto, diga-se que “os relacionamentos humanos e sociais são

frequentemente ignorados, mas precisam ser postos em evidência” (Elkington, 2012, p. 204), ou seja, a diversidade de culturas e de valores há de ser compartilhada, e o relacionamento humano e social precisa ser considerado, pois isso auxiliará no crescimento e subsistência de todos, uma vez que estaria dando espaço para aplicação da riqueza da diversidade, de modo a contribuir com a evolução dos relacionamentos afetivos e um engajamento para proteção uns dos outros.

Em suma, é aparentemente fácil concluir que existem desafios para a implementação de uma boa política sobre desenvolvimento sustentável e ações protetivas ao meio em que vivemos, pois é aguardada a existência de interesses conflitantes; de toda sorte, precisa haver engajamento pleno entre as pessoas físicas e jurídicas, coordenadas pelo ente público, conscientizando-os de que se busca o melhor para um prolongamento da vida planetária, e ao mesmo tempo, atribua-lhes responsabilidades no caso de ações de maneira indiferente ou contrária.

CONSEQUÊNCIAS DA INSUSTENTABILIDADE

Em tendo entendido o que significa a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, parte-se para a exposição do seu contrário, que é o agir sem preocupar-se com o futuro do planeta.

Diante de ações despreocupadas o homem deixou marcas profundas no meio onde vivemos, extinguindo espécies de vida que outrora viviam conosco; afinal, tudo está interligado, e a exploração irresponsável das riquezas naturais refletem no globo como um todo, gerando superaquecimento, incêndios naturais, secas, enchentes, etc., enfim, “começamos a entender que nossa espécie e os outros seres no planeta se aproximam do limiar de um abismo ambiental sem volta” (Rifkin, 2024, p. 10-11).

Felizmente, “estamos despertando para a dura realidade de que a espécie humana é a responsável pela horrenda carnificina espalhada pela Terra” (Rifkin, 2024, p. 10-11), e isso poderá estancar ou, quem sabe, amenizar o problema instaurado, pois o ser humano é inteligente, e, havendo tempo suficiente, conseguirá desenvolver saídas capazes de reverter situações complexas. Embora estampado um abismo ambiental, surge a esperança de mudança, pois inicia-se uma conscientização mais massiva, que se espera seja aumentada e efetivada, já que as estimativas se mostram calamitosas frente à uma inação ou continuidade do comportamento atual.

Para que haja mudança se faz mister uma divulgação ampla, comprehensível e transparente, conscientizando toda a humanidade de que as ações individualizadas interferem no todo. A falta de comunicação e transparência, em tom de segredo, pode deixar as pessoas desprotegidas ou fazer com que alimentem desconfianças acerca de algo que não existe; afinal, “a história mostrou que muito segredo danifica não somente a saúde de indivíduos, mas também a de nações” (Elkington, 2012, p. 208).

Estando a humanidade plenamente ciente e consciente acerca dos aspectos que envolvem o planeta em que moramos, acredita-se ser mais fácil de ter sua colaboração na preservação do mesmo,

pois há de ser sabido que ações individuais, somadas, poderão trazer grandes reflexos para todo um contexto. Para ilustrar isso, podemos considerar que a falta de um esclarecimento mais aprofundado ao pequeno agricultor, poderá gerar sérios prejuízos à natureza, pois ele pode não se ater que os herbicidas, fungicidas, inseticidas, e tantos outros defensivos agrícolas utilizados nas suas culturas, não se limitam apenas a eliminar aquela “praga” à qual ele direciona o veneno, mas sim, a toda vida naquele entorno.

Consideremos que “o mais alarmante de todos os assaltos contra o meio ambiente, efetuados pelo Homem, é representado pela contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares, por via de materiais perigosos e até letais. Esta poluição é, em sua maior parte, irremediável” (Carson, 1969, p. 15-16). Em suma, aplicando soluções imediatistas e impensadas na sua magnitude, o homem acaba por deteriorar o planeta e tudo aquilo que é fonte vital, comprometendo todas as formas de vida, inclusive a sua e daquelas gerações que ainda estão por vir, se houver tempo.

É necessário um forte trabalho de esclarecimento à população sobre condutas prejudiciais à biodiversidade, aos ecossistemas e, consequentemente, à continuidade da vida no planeta, e há de haver uma participação firme do Estado, responsabilizando aqueles que agirem ou contribuírem para ações tidas como agressoras ou não sustentáveis ao planeta, pois “juntamente com a possibilidade da extinção da humanidade por meio da guerra nuclear, o problema central da nossa Idade se tornou o da contaminação do meio ambiente total do Homem” (Carson, 1969, p. 18).

Para finalizar, diga-se que “apesar de algumas partes do mundo desenvolvido estarem começando a virar a esquina em termos de recuperação ambiental, o planeta como um todo ainda parece estar em um caminho não sustentável” (Elkington, 2012, p. 108), pois enquanto não haver ações coletivas e canalizadas estrategicamente, com objetivos e metas definidas, direcionados a todos os pilares da sustentabilidade, menos intenso será o avanço nessa área. O individualismo impingido às pessoas, faz com que elas se tornem fracas diante dos complexos problemas do mundo como um todo. O governo precisa estar à frente, restaurando a ajuda mútua, fazendo seu povo entender que juntos serão mais fortes na restauração do meio ambiente.

IMPACTOS GERADOS PELO HOMEM AO MEIO EM QUE VIVE

Se antes as coisas passavam despercebidas, agora, estando mais claro o tema, clama-se por uma olhada ao seu redor a fim de verificar quanta mudança o homem gerou naquilo que a natureza construiu ao longo do tempo.

Mesmo não tratando pontualmente sobre a estimativa de vida do planeta, “tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, [...] apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie – o Homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo” (Carson, 1969, p. 15). Com isso se pode dizer que a natureza e a vida no

planeta terra é maravilhosa e autossustentável; que ela não depende da presença do homem para sua continuidade. Ao contrário disso, a história e a ciência deixam evidentes que aquilo que o meio ambiente moldou com o passar das eras, o homem, com seu instinto insaciável e destruidor, consegue alterar drasticamente e em pouco tempo.

Já foram mencionados os impactos extremamente preocupantes referentes à contaminação do ar, da terra e da água, sendo que alguns destes já não apresentam uma solução plena, e por isso enfatiza-se a preocupação quanto ao recurso mais precioso de todos, e para o qual muitas vezes não se direciona a atenção necessária, que é a água. Diante da visão de Carson (1969, p. 49), “numa Idade em que o Homem se esqueceu de suas origens, e se mostra cego até mesmo para com as suas necessidades essenciais à sobrevivência, a água, juntamente com outros recursos; foi reduzida à condição de vítima de sua indiferença”.

Vivemos num planeta cuja maior cobertura é a água, num percentual que se assemelha à constituição do nosso organismo, qual seja, pouco mais de 70%, e isso significa dizer que ela é essencial para que vivamos; logo, deve ser preservada. Contudo, mesmo “sabendo” que de toda água do planeta apenas 1% (um porcento) está disponível para consumo, diariamente o homem lança agentes contaminantes nela, como se ela nunca fosse acabar. Estes lançamentos de “venenos”, mesmo que não sejam feitos diretamente nos rios, são levados até eles por meio das enxurradas, ou então acabam penetrando no solo a ponto de chegar nos lençóis freáticos, reduzindo ainda mais a nossa fonte de vida, e isso precisa mudar (Carson, 1969).

As indústrias químicas desenvolvem seus produtos mortais aos seres vivos, pois esta é a finalidade das suas produções; a questão está no como utilizar, e nas consequências do seu uso. Ao se imaginar um homem sem escrúpulos, que visa a grande lucratividade, se torna fácil compreender que utilizará o “veneno” de modo indiscriminado, pois está focado na extinção de uma “praga”, mas sem conhecimento da cadeia de espécies a ser atingida e do impacto que gerará no meio ambiente como um todo. Atentemo-nos quanto a isso, pois “as gerações futuras não nos perdoarão, com toda probabilidade, a nossa falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida tôda” (Carson, 1969, p. 23).

O solo também sente fortemente a intervenção da mão humana, pois os pesticidas vão se acumulando mais e mais com o passar do tempo, e para isso serve o alerta de que “uns poucos passos falsos, da parte do Homem, poderão desembocar em destruição da produtividade do solo; e então os artrópodes poderão muito bem tomar conta de tudo” (Carson, 1969, p. 71).

Se faz natural a compreensão empírica e científica, de que muitos insetos acabaram criando resistência à pesticidas utilizados com frequência ao longo do tempo, e por que não dizer que o mesmo aconteceu com a vida vegetal, ou mais especificamente, com as “plantas daninhas”. O fato é que o

despejar produtos químicos no solo para a eliminação de “pragas” animais ou vegetais, levará a um alto preço, uma vez que poderá aniquilar a própria capacidade de produção do solo.

Outro ponto vital a ser levantado é a desconsideração aos impactos causados ao ar, pois muitas ações humanas contribuem para a poluição do mesmo, seja através da emissão de gases, seja desmatando as florestas. A título de exemplo cita-se a queima de combustíveis fósseis por indústrias e veículos, os aerossóis e as queimadas de vegetação, o que já é muito. Também, importa destacar que muitas vezes se faz esquecida a dependência humana em relação às plantas; afinal, “são as plantas que captam a energia do Sol e fabricam as substâncias alimentares básicas, de que o homem depende para viver” (Carson, 1969, p. 73).

Por derradeiro, diga-se que no afã de conquistar a natureza, o homem “vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a Terra que él habita, mas também contra a vida que compartilha o Globo com él” (Carson, 1969, p. 95). Enfim, muitos desconsideraram as suas insignificâncias perante a magnitude do planeta. Objetivam conquistar tudo aquilo que está nos seus entornos e alcances, e quando isso acontece, atropelam as vidas presentes no mesmo ambiente em que residem, subjugando outras espécies integrantes da flora e fauna, desprezando eventuais desequilíbrios que poderão gerar, bem como a redução de tempo para a continuidade do seu semelhante, tudo porque estão focados no imediatismo dos seus quereres.

NECESSIDADE DE MUDANÇA DO COMPORTAMENTO HUMANO

Nesta altura da explanação já se torna perceptível que o ponto crucial é a mudança comportamental do ser humano, pois o conceito de sustentabilidade há de estar estabelecido como um processo de florescimento da consciência, onde a humanidade reconhece seu papel dentro da natureza. Em contraponto tem-se que “a insaciabilidade predatória surge como geradora de sofrimento inútil, de falso progresso e de cumulativos desequilíbrios que encaminham para a extinção da espécie humana” (Freitas, 2016, p. 81-82). Isso deve ser freado, e a conscientização pela continuidade da vida deve imperar no ser humano. As ações no sentido de mudança, devem iniciar agora.

De modo genérico, pode-se dizer que “enquanto o mundo está persuadido de que o desenvolvimento sustentável é uma direção necessária, os políticos raramente têm a visão e a coragem para posicionar seus governos, partidos e eleitorado nessa nova direção” (Elkington, 2012, p. 61). Vivemos em um mundo globalizado onde a informação é difundida com bastante amplitude, no entanto, por mais que grande parte da população esteja convencida de que determinados comportamentos são os melhores indicados para uma vida mais saudável e longeva, existe a figura do representante legal do povo, que, eventualmente, coloca seus interesses individuais à frente do daqueles que o elegeram, e assim engessa o governo a ponto de os cidadãos e empresas necessitarem realizar ações que o Estado deveria encabeçar.

Devemos compreender que “a opinião pública é modelada por uma grande quantidade de influências, principalmente a mídia, os ativistas e, apesar de negarem, os pesquisadores de opinião pública” (Elkington, 2012, p. 423). Muitas vezes, a grande massa acaba sendo influenciada para dar corpo e legitimidade a interesses escusos ou ideais que não apresentam interesse ao coletivo, e isso se dá porque as pessoas são relapsas em buscar esclarecimento sobre a realidade das coisas, dando ouvido a apenas uma das versões sobre algo ou alguma coisa; isso precisa mudar.

Havemos de admitir que “apenas a sustentabilidade, entendida como valor e como princípio constitucional, garante a dignidade dos seres vivos” (Freitas, 2016, p. 124). Chega de falácia ou discursos vazios, o que, diga-se de passagem, integra a alma humana. A sustentabilidade deve ser a palavra de ordem para que possamos aspirar um futuro diferente dos apresentados nas telas de cinema, como o Apocalipse. A responsabilidade deve ser coletiva e não apenas dos governos, para se evitar o risco de o bem comum ser vilipendiado, como a história relatou em várias épocas.

Evidencie-se aqui que, “se o homem insistir em destruir o planeta, antes a espécie humana será extinta” (Freitas, 2016, p. 46-47), pois diante da sua arrogância e prepotência, o homem não se dá conta da sua insignificância frente ao nosso majestoso planeta, embora pequeno comparado a outros. As atitudes impensadas acabam por atingir o ambiente em que vivemos, seja numa escala maior ou menor, pois muitas vezes, por falta de conhecimento, até mesmo pessoas simples e boas, acabam agredindo a natureza dado à utilização de produtos maléficos ao planeta.

O fato é que “somos reféns de nós mesmos. A humanidade é vítima de sua desumanidade, da fragmentação, banalização e liquidez dos valores e princípios que fundaram uma sociedade fora da natureza, fora até mesmo de si” (Sagan, 1996 *apud* Oliveira, 2017, p. 279), e isso precisa mudar radicalmente e com brevidade.

Fiquemos cientes que “se a família humana tiver um futuro, ele dependerá em grande parte de conseguirmos nos unir como espécie e enfrentar uma ameaça comum à nossa sobrevivência e à sobrevivência das outras criaturas” (Rifkin, 2024, p. 96). O anúncio de um fim já vem sendo divulgado há algum tempo, e para que ocorra uma mudança nesse curso, se faz necessário haver uma conscientização global no sentido de agir diferente, onde a massa populacional passe a combater aqueles que ainda alimentem pensamentos perniciosos.

Devemos acreditar piamente que “apenas o ser humano tem a capacidade de pensar sobre o futuro e apenas o ser humano tem o poder de tomar medidas para prevenir sua própria extinção” (Potter, 2016, p. 127), e assim, estimar que haja uma plena compreensão do risco que corremos e que levamos às futuras gerações, se não forem tomadas providências neste momento.

Precisamos ir em frente, mas “para avançar a bandeira da sustentabilidade, vários muros mentais terão de cair. Até porque a cultura da insaciabilidade [...] é autofágica, como atesta o doloroso

perecimento de civilizações” (Freitas, 2016, p. 26). Pensadores do passado falaram sobre o homem e seu desejo pelo ter, e isso há de ser considerado para fins de uma mudança mental da população, conscientizando as pessoas sobre a necessidade de pensar e agir em prol da coletividade e continuidade da vida. As pessoas precisam ser convencidas de que é necessário agirem de determinada forma, e serem dirigidas por esse caminho saudável às espécies.

Em conclusão, para ilustrar este ponto, diga-se que nossos supermercados ainda são um exemplo daquilo que não deve ser, pois mesmo que se saiba da dificuldade que a natureza tem para decompor o plástico, continuam entregando aos seus clientes, muitas sacolas com esse material. A solução parece ser muito fácil, ou seja, deveria ser baixada uma normativa proibindo a fabricação de invólucros com esse componente; contudo, daí começam os conflitos de interesses “políticos” com a indústria desse produto, sobressaindo-se o imediatismo e a vantagem ao dono do capital. Acontece que a natureza não pode esperar.

POLÍTICAS E POSTURA DA GOVERNANÇA

Estando compreendido um pouco mais sobre a necessidade de mudança comportamental para aplicação de um desenvolvimento sustentável pleno, e consciente das resistências que podem surgir no campo político, econômico e social, passemos a analisar a postura governamental.

Antes de mais nada, diga-se que “de forma dialética, a educação é determinada pela sociedade e também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação” (Saviani, 2011 *apud* Oliveira, 2017, p. 494). Com isso se quer dizer que o Estado, num primeiro estágio, poderia investir na educação e conscientização das pessoas sobre a efetiva necessidade de um agir sustentável, para só então, falhando esta estratégia, partir para a aplicação da sua autoridade enquanto poder de império.

Dentro de um estado de direito, o governo, através do seu poder coercitivo, deve fazer valer as normas instituídas, subjugando os interesses individuais que conflitarem com os coletivos; “a regulação sustentável precisa assumir metas traçadas pela lei, mas, antes disso, pela Constituição” (Freitas, 2016, p. 236). O Brasil é regido pelo sistema *civil law*, ou seja, se não estiver escrito na “Lei”, as pessoas não poderão ser obrigadas a cumprir. Assim sendo, as pessoas de pouca consciência acerca da sustentabilidade dificilmente farão ‘a sua parte’ de maneira natural, a menos que se trabalhe melhor a educação nesse sentido.

Se faz praticamente desnecessário dizer que, “sob o prisma constitucional da sustentabilidade, cumpre retirar de cena o despótico antropocentrismo exacerbado e instaurar o caráter intangível da dignidade humana em patamar mais alto” (Freitas, 2016, p. 278). Não é sem tempo o combate ao antropocentrismo exacerbado, pois o homem é apenas um habitante na Terra, devendo entender-se com tal, respeitando as demais formas de vida, e a Lei maior tem esse dever de erradicar os pensamentos e

ações perniciosas, regulando comportamentos em prol da sustentabilidade.

A sustentabilidade, na dimensão social, abriga direitos fundamentais, e estes “requerem os correspondentes programas relacionados à universalização, com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de governança (pública e privada) ser autofágico e, numa palavra, insustentável” (Freitas, 2016, p. 63). Muitos programas sucumbem devido à falta de ética quando se fala em governança, pois nela está embutido o poder, e este ingrediente é pernicioso. Esta perversão pode ocorrer tanto no campo privado, quanto no meio público, que se pode dizer ser pior, pois este gestor deveria primar pelo fim comum, mas em muitas vezes é “abduzido” por forças negativas, como a corrupção, ou quem sabe até por represálias.

Registre-se que “as autoridades poderiam há muito ter proibido ou drasticamente limitado a venda de venenos. Contudo, não o fazem. Ao contrário: com o apoio da ciência, constantemente concedem patentes” (Beck, 2011, p. 39). Um dos maiores problemas recai na postura daqueles que têm o poder de impedir ou reduzir a fabricação e comercialização de venenos. Mais uma vez aparece a figura do homem se entregando aos interesses escusos, justificados por uma “ciência”, também conduzida por humanos, que pode estar corrompida para fins de declarar a não ofensividade de um determinado produto que é maléfico ao meio ambiente e à vida.

Assim, diga-se que o Estado, além de estabelecer políticas claras naquilo que tange ao desenvolvimento sustentável, deve ter uma postura firme quanto ao realizar e exigir ações que visem o bem comum. Lembremos que “o Estado detém o legítimo monopólio dos meios de violência. Portanto, reivindica o direito exclusivo de aplicar a força coercitiva” (Bauman; May, 2010, p. 151). O Estado necessita usar da violência, seja através da ameaça de punir, ou então de uma efetiva punição àqueles que desrespeitarem as regras, para que consiga manter a ordem social e a continuidade da vida.

CONCLUSÃO

Em suma, resta evidenciado que o desenvolvimento sustentável é essencial à continuidade da vida planetária, e para isso se faz necessária uma mudança drástica do comportamento humano. Observa-se ser indispensável eliminar a visão individualista de crescimento a qualquer preço, partindo-se para outra que leve em consideração os limites do nosso planeta, sejam eles ecológicos ou sociais; cada pessoa deverá promover práticas sustentáveis, e não ficar aguardando que o Estado, como suas ações e regulações, salve a população e o planeta.

Necessitamos crer na educação e na sua capacidade de mudança, e para tanto invoca-se aqui a sábia e clássica frase do educador Paulo Freire, quando disse que “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Para ocorrer uma mudança efetiva precisamos de investimento na educação e melhor conscientização das pessoas, para que então, somadas às políticas públicas de incentivo às práticas sustentáveis, possamos aspirar uma melhoria no

hoje, e a esperança de haver um saudável amanhã.

Por fim, lembremos ser necessário repensar nossos comportamentos tidos até então, assumindo posturas mais saudáveis a um futuro sustentável. Afinal, para almejarmos a continuidade da vida planetária, perpetuando gerações vindouras, é necessário selarmos um compromisso sério, coletivo e continuado, de agir em prol da vida, protegendo a nossa Casa Comum e todas as espécies que conosco dividem moradia.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC pelo financiamento da presente pesquisa que faz parte do projeto intitulado “Pacto Verde Europeu sob o aspecto da Sustentabilidade e sua influência na Região da Amarp (estudo sobre o impacto das restrições verdes da Europa na sociedade catarinense”, projeto aprovado no EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 54/2022 - PROGRAMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE APOIO AOS GRUPOS DE PESQUISA DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS - ACAFE aprovado pela FAPESC. Agradecimento também à FUNIARP e UNIARP pelo apoio na pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a Pensar com a Sociologia. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/04/Aprendendo-a-Pensar-com-a-Socio-Zygmunt-Bauman.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BECK, Ulrich. 1944. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é; o que não é. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. Tradução de Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- ELKINGTON, John. Sustentabilidade: canibais com garfo e faca. São Paulo: MBooks do Brasil, 2012.
- FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- HOBBES, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HÜLSE, Levi. Sustentabilidade nas fundações privadas, associações e cooperativas: a contribuição das fundações privadas, associações e cooperativas para a sustentabilidade ambiental, econômica e social: análise da experiência brasileira e estrangeira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

OLIVEIRA, Maria Dosciatti de [et al.] (org). Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

POTTER, Van Rensselaer. Bioética: ponte para o futuro. Tradução: Diego Carlos Zanella. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

RIFKIN, Jeremy. A era da resiliência: repensando a existência da nossa espécie para nos adaptarmos a um planeta Terra imprevisível e restaurado. Tradução: Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Cultrix, 2024.